

CARTÓRIO NOTARIAL DA AMADORA
DE LIC. ANA ISABEL FAZERES DOS SANTOS TOMÉ

Rua Alfredo Keil., número 30, 1º dt.º, Amadora

TELEF. 214929720 FAX: 214929729

www.ait-notarioamadora.com geral@ait-notarioamadora.com

PÚBLICA - FORMA

Eu, Ana Rita Monteiro dos Santos, com o número de colaboradora duzentos e setenta e seis barra um, devidamente autorizada para a prática do presente acto pela Notária Ana Isabel Fazer dos Santos Tomé, autorização concedida nos termos do n.º 2 do art.º 8º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro (com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 15/2011, de 25 de Janeiro), e em conformidade com o art.º 2º alínea c) da portaria 55/2011, de 28 de Janeiro, e publicitada no sítio da ordem dos Notários a trinta e um de Janeiro de dois mil e onze, certifico que a fotocópia apensa, que é um **Certificado Sobre Direito Alemão – A Ordem Juridica da Sucessão por Morte**, emitida pela Embaixada da República Federal da Alemanha a 21 de Fevereiro de 2017, e está conforme o original que se encontra arquivado neste cartório no maço de documentos a instruir o livro de escrituras sob o número Cento e Dois- A, folhas oitenta e seis, tendo o número de documento cento e vinte e três, de folhas duzentos e noventa e oito a folhas duzentos e noventa e nove. -----

A fotocópia vai com o selo branco deste Cartório, estando por mim numeradas e rubricadas. -----

Amadora, oito de Março de dois mil e dezassete. -----

A Colaboradora, devidamente autorizada, nos termos do Artigo 8º n.º 2


(Ana Rita Monteiro dos Santos - 276/1)

Conta conferida e registada sob o número

55/03/2017

Foi emitido recibo n.º

26552



Informação sobre Direito alemão

Doc. nº: ~~123~~
Fls. nº: ~~298~~

A Ordem jurídica da sucessão por morte

102-A Fls: 86

Doc. nº: 123

Fls. 298

Data: 01/03/2017

Determinação da lei competente (= Lei reguladora das sucessões)

No caso de óbitos ocorridos entre 01.09.1986 e 16.08.2015, a sucessão legal por morte é regulada, nos termos do Art. 25 I EGBGB (*Lei Introdutória ao Código Civil Alemão*), pela lei do Estado do qual o autor da sucessão era nacional por altura da sua morte (= lei nacional). Por conseguinte, a sucessão legal por morte rege-se, em princípio, pelo direito alemão, se o autor da sucessão era nacional alemão por altura da sua morte.

A partir de 17.8.2015 o direito aplicável é regulado pelo Regulamento (UE) N° 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu. Salvo disposição em contrário do regulamento, a lei aplicável ao conjunto da sucessão é a lei do Estado onde o falecido tinha residência habitual no momento do óbito (Regra Geral do Art. 21º, nº. 1).

Se o autor da sucessão não tiver disposto dos seus bens para depois da morte, são chamados à sucessão desses bens os seus herdeiros legítimos. Estes são os parentes e o cônjuge do autor da sucessão segundo os dispostos nos §§ 1924 e seguintes BGB.

§ 1924 BGB [Herdeiros legítimos de primeira classe]

Segundo o § 1924 BGB os descendentes do autor da sucessão integram a primeira classe de sucessíveis, como herdeiros legítimos. Um descendente vivo, por altura da abertura da sucessão, exclui os descendentes aparentados com o autor da sucessão, através do mesmo. Na falta de descendente vivo por altura da abertura da sucessão, sucedem os descendentes através dele aparentados com o autor da sucessão. Os filhos herdaram em partes iguais.

§ 1925 BGB [Herdeiros legítimos de segunda classe]

São herdeiros legítimos de segunda classe os pais do autor da herança e seus descendentes.

Se os pais, à data da abertura da sucessão, estiverem vivos, estes serão os únicos herdeiros, em partes iguais.

Se na abertura da sucessão ou o pai ou a mãe já tiverem falecido, os descendentes do falecido são chamados à herança em seu lugar, conforme as normas previstas para a sucessão de sucessíveis da primeira classe. Se não houver descendentes o pai ou a mãe sobrevivente será o único herdeiro.

§ 1926 [Herdeiros legítimos de terceira classe]

Na falta de herdeiros de segunda classe, são chamados à herança como herdeiros legítimos de terceira classe, os avós do autor da sucessão e seus descendentes

Segundo o disposto no § 1930 BGB

Os herdeiros de cada uma das classes de sucessíveis preferem aos das classes imediatas. Isto é, apenas na falta de herdeiros legítimos de primeira classe, são chamados à herança como herdeiros legítimos os herdeiros de segunda classe.

to sucessório legítimo do cônjuge

direito sucessório do cônjuge é regulado pelos §§ 1931 a 1934 BGB:

Em conformidade com o § 1933 BGB o cônjuge só é chamado à herança no caso de ter existido um casamento válido com o autor da sucessão à data da morte.

Segundo o § 1931 I BGB o cônjuge sobrevivente é chamado como herdeiro legítimo, a par dos herdeiros de primeira classe de sucessíveis, a uma quarta parte da herança; em caso de existência de herdeiros legítimos de segunda classe ou avós, o cônjuge sobrevivente é chamado à metade da herança. Em ambos os casos deverá, eventualmente, ainda ser considerada adicionalmente a compensação de bens (ver infra)

No caso do autor da sucessão não ter deixado herdeiros nem de primeira ou segunda classe, nem avós o cônjuge é herdeiro universal (§ 1931.II BGB)

No caso de ser aplicável a lei alemã para o regime de bens do matrimónio do autor da sucessão e não tendo sido convencionado um regime de bens, nem antes nem depois de contrair o matrimónio, vale, como regime supletivo, nos termos do § 1363 I BGB, o regime de bens da *Zugewinnngemeinschaft*.

Constitui objectivo das disposições legais relativas à *Zugewinnngemeinschaft* fixar as regras para a divisão do património dos cônjuges quando cessar este regime de bens

Em caso de morte, a divisão é realizada, em conformidade com o disposto no § 1371 I BGB, em regra, pela atribuição do direito a um quarto do valor da herança, que acresce ao quinhão hereditário atribuído por lei ao cônjuge sobrevivente. Consequentemente o cônjuge sucede à metade da herança, em caso de existência de herdeiros legítimos de primeira classe e a três quartos da herança, em caso de existência de herdeiros legítimos de segunda classe ou avós.

No entanto, antes do casamento ou já na sua constância, os cônjuges podem celebrar um contrato com intervenção notarial, determinando um regime de bens que diverge do regime supletivo legal de bens da „*Zugewinnngemeinschaft*“.

Assim podem, por exemplo, adoptar o regime de bens da „*Gütertrennung*“ (= separação de bens). O conceito da „*Gütertrennung*“ designa um regime de separação absoluta de bens. Em caso de morte, a quota legal do cônjuge é uma quarta parte da herança. Se existirem apenas 1 ou 2 filhos do autor da herança, a quota do cônjuge será, contudo, aumentada: Neste caso, o cônjuge e os filhos herdam em partes iguais (§ 1931 IV BGB).

Os cônjuges também podem adoptar o regime de bens da „*Gütergemeinschaft*“ (comunhão geral de bens). Em virtude do regime de bens da „*Gütergemeinschaft*“ (comunhão geral de bens) o património de cada um dos cônjuges torna-se património comum. Em caso de morte, não se realiza nenhuma compensação especial.

Efeito de um repúdio de herança de acordo com o § 1953 BGB

No caso de um herdeiro ter repudiado legalmente uma herança significa que o direito à herança não produziu efeito. A sua quota da herança caberá então à pessoa(s), que teria sido herdeira, se a pessoa que repudia não estivesse viva no momento da sucessão. O apuramento deste herdeiro-substituto baseia-se novamente nos §§ 1924 e seguintes (direito sucessório).

Por Ordem


Hannes Munding



Lisboa, a 21 de Fevereiro de 2017

Besch. Reg. Nr.: 075 /2017

Gebühr: 50,-€